



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Projeto de Lei nº 491/2021

Proponente: Dep. Dra. Mayara Pinheiro

Relator: Deputada Joana Darc

Institui o “Agosto Cinza” no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências (Conscientização e combate aos incêndios e queimadas).

I- RELATÓRIO

Submete-se a apreciação desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS o Projeto de Lei nº 491/2021, de autoria da ilustre Deputada Estadual Dra. Mayara Pinheiro que visa institui o “Agosto Cinza” no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências (Conscientização e combate aos incêndios e queimadas).

Seguindo o processo legislativo, a proposição recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, e em seguida foi aprovado no seio da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Nas atribuições conferidas pelo artigo 27, inciso IV, c/c art. 127, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amazonas, fui designada e passo a atuar na qualidade de Relatora.

É o relatório. Passo a opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO

A proposta da Deputada Dra. Mayara Pinheiro visa instituir, no âmbito do Estado do Amazonas, o mês “Agosto Cinza”.

Conforme justificativa, a escolha do mês de agosto como data a ser comemorada e direcionada as ações de conscientização e combate a incêndios e queimadas, é por este ser considerado o mês mais crítico do ano quando o assunto é queimadas.

As queimadas causam graves problemas de saúde pública, aumentando o número de adultos e crianças com problemas respiratórios crônicos, como a asma, devido à fumaça produzida e pela fuligem lançada na atmosfera, além de danos ao meio ambiente, dizimando a fauna e a flora típica do local.





COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nessa linha, sabendo que a prevenção é a medida mais eficaz contra as queimadas vale salientar a importância das campanhas massivas e continuadas de educação ambiental, de âmbito federal, estadual e municipal, envolvendo todos os agentes e atores. É preciso agir de forma efetiva contra esta tragédia que é fruto do descaso, da omissão, da irresponsabilidade e da ignorância de vários atores envolvidos nas suas causas e proliferação. No caso das queimadas a prevenção é sempre o melhor remédio, pois além de custar muito menos é muito mais fácil de ser adotada.

Passando para uma análise da propositura, cumpre evidenciar que conforme disposto no artigo 27, inciso IV do Regimento Interno da ALEAM, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa Legislativa, possui competência para apreciar matérias relacionadas ao tema objeto da presente propositura. Trago a baila o referido dispositivo:

Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

(...)

IV - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) política florestal, abrangendo a preservação e o controle do ambiente e da biodiversidade;
- b) responsabilidade por dano ao ambiente e ao patrimônio paisagístico;
- c) sistema estatístico, cartográfico e demográfico estadual;
- d) estudos e projetos para o desenvolvimento estadual;
- e) planos, programas, projetos e atividades correlatas ao desenvolvimento sustentável do interior;
- f) promoção e apoio à educação ambiental.
- g) fiscalizar e apoiar a aplicação das leis referentes ao saneamento básico, sem prejuízo das atribuições correlatas da Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento e da Comissão de Saúde.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 respaldou a prevenção contra crimes lesivos ao meio ambiente em seu artigo 225 que prescreve o seguinte:





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Desta forma, não se encontram óbices a sua tramitação, nos aspectos que cabem a esta comissão analisar. Portanto, a presente propositura atende aos requisitos legais necessários, estando assim caracterizada a sua relevância.

Portanto, tendo em vista que os incêndios ambientais no Amazonas vêm atingindo um patamar recorde se comparado a outros anos e que governo estadual precisa contar com a conscientização da população para efetivamente prevenir e combater os incêndios, pela relevância e importância social e ambiental da matéria, que a presente propositura se faz necessária

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que a presente propositura está em conformidade com os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional vigente, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 491/2021, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

É o Parecer.

S. R. da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 16 de maio de 2022.

DEPUTADA JOANA DARC
Relatora





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

JOAO LUIZ ALMEIDA DA SILVA - EM 17/05/2022 12:40:25
FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR - EM 17/05/2022 12:31:37

